

## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP SEI Nº 28206860/2026 - SEINFRA.UAG

### 1 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

**De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.**

1.1. Em 2021, o Município de Joinville foi intimado, conforme Despacho/Decisão do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, a promover *"a regularização do entubamento hídrico levado a efeito no imóvel referido na exordial, ou, caso isso revele-se inviável, desfaça tal obra, promovendo a implementação de PRAD de modo a garantir o retorno das características originais do corpo hídrico"*.

1.2. No entanto, a tubulação instalada não apresentava as características necessárias para garantir o fluxo do corpo hídrico acrescido da contribuição das águas pluviais. Foi constatado o represamento das águas e necessidade de adequação da referida tubulação. Logo, a proposta de regularização do entubamento hídrico teve que ser descartada. Por outro lado, a proposta de retorno às características originais também se mostrou inadequada, tendo em vista que o corpo hídrico, formado pela contribuição de duas nascentes, margeia a Rua dos Portugueses em ambos os lados, onde a vala aberta provoca o estreitamento da pista de rolagem.

1.3. Diante desta situação, foi proposta a canalização e retificação do curso d'água até a ligação com o Rio Águas Vermelhas, como forma de resolver a questão ambiental e também garantir as condições necessárias para a futura pavimentação da pista, que deve ocorrer em breve.

1.4. Esta proposta foi protocolada no Instituto de Meio Ambiente de Santa Catarina - IMA, recebendo a Licença Ambiental Prévia - LAP no final de janeiro/2025.

1.5. Para continuidade do licenciamento, é necessária agora a execução do projeto aprovado pelo IMA, com a elaboração de relatórios que comprovem o atendimento das condicionantes ambientais, e atendimento da decisão exarada pelo TJSC.

### 2 - DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL.

**De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.**

2.1. A Lei faculta a elaboração do Plano de Contratações Anual, há apenas recomendações quanto a sua elaboração pela doutrina.

2.2. Esta contratação está presente no planejamento das contratações desta Secretaria, tendo em vista se tratar de atendimento à Ação Civil Pública nº 5028259-59.2020.8.24.0038, do Tribunal de Justiça, de Santa Catarina

2.3. A contratação consta no PPA (Lei nº 9.924, de 10 de setembro de 2025, que dispõe sobre o PPA - Plano Plurianual do Município de Joinville, Quadriênio 2026 - 2029. - Processo 25.0.040527-8), no Anexo II - Valores por Unidades Orçamentárias, Ações e Metas (26451531), **Ação: 1.3427.**

### 3 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

**De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.**

3.1. Para a adequada satisfação da necessidade da Administração, devem ser atendidos os seguintes requisitos mínimos:

- Disponibilidade de caminhões e equipamentos, adequados e em perfeitas condições de manutenção, para execução do serviço;
- Disponibilidade de mão de obra capacitada para a execução dos serviços;
- Pleno atendimento às condicionantes ambientais constantes na LAP;
- Pleno atendimento às normas regulamentadoras de segurança no trabalho;
- Sinalização adequada da obra pois haverá interrupção do tráfego;
- Planejamento adequado da execução de modo que os moradores tenham acesso aos seus imóveis durante toda a execução.

#### **4 - ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO (obrigatório)**

**De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.**

4.1. As quantidades foram obtidas diretamente do projeto executivo e do Memorial Descritivo, aprovados pelo IMA no processo de licenciamento ambiental para obtenção de LAP e LAO.

4.2. As alternativas dadas pelo Ministério Público para solução do problema se mostraram inviáveis, restando como solução uma nova canalização, com capacidade adequada para receber o volume das nascentes e das águas de chuva captadas por aquela bacia.

4.3. O projeto da nova canalização foi submetido ao órgão ambiental, que procedeu ao licenciamento prévio. Ato contínuo, o projeto deve ser levado a efeito, ou seja, ser plenamente executado, a fim de se obter a licença de operação e atingir o objetivo principal, que é a extinção dos efeitos da Ação Civil Pública.

4.4. Desde modo, já havia um projeto executivo para ser quantificado quando se iniciou este processo de contratação, restando a este Estudo a função de definir o formato da contratação na qual será executada a canalização, se material e mão de obra na mesma contratação, material e mão de obra em contratações distintas, ou apenas o parcelamento de determinados serviços, dentre outras soluções.

4.5. A memória de cálculo consta no documento SEI 25546932.

#### **5 - LEVANTAMENTO DE MERCADO**

**De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.**

5.1. As soluções disponíveis no mercado para atender a necessidade da Administração são:

a) Material: aquisição / Mão de obra: própria / Equipamentos: outros contratos / Outros: Destinação em outro contrato - Neste formato, a gestão de vários contratos pode prejudicar a execução pois requer sincronismo de atividades. Este formato também dificulta o acionamento de garantia da obra, pois são vários contratos envolvidos. Não é a solução mais adequada.

b) Material: aquisição / Mão de obra + equipamentos: mesmo contrato / Outros: Destinação em outro contrato - O atual contrato que contempla mão de obra e equipamento tem a finalidade de suprir as demandas de zeladoria urbana. Não há economia de escala pois o fornecimento dos tubos de grande diâmetro é limitada pela capacidade de transporte. Precisaria haver sincronismo entre o fornecimento de tubos e a execução. Portanto, não é a solução mais adequada.

c) Material + Mão de obra + equipamentos + destinação no mesmo contrato - Neste formato, o responsável técnico da contratada se responsabiliza pelo sincronismo das atividades (entregas de material, disponibilização de equipamentos, etc), com vistas a buscar a maior produtividade. Quanto à destinação, pode-se prever a possibilidade de terceirização desta atividade, por ser bastante específica. A garantia da obra é dada por uma única empresa, que se responsabiliza por toda a execução.

#### **CONCLUSÃO - MELHOR SOLUÇÃO**

Considerando as soluções de mercado supra elencadas, e as características e custos de cada opção, demonstra-se como a melhor solução para atendimento ao interesse público envolvido a contratação de empresa especializada para execução de retificação e canalização de curso d'água na Rua dos Portugueses.

Trata-se de obra comum de engenharia.

#### **6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)**

**De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.**

6.1. Os valores estimados para a contratação, bem como suas memórias de cálculo estão discriminados no presente processo, tendo por base os quantitativos do Projeto Executivo e do Memorial Descritivo.

6.2. De início, estima-se a contratação no valor de R\$ 2.923.273,92 (dois milhões, novecentos e vinte e três mil duzentos e setenta e três reais e noventa e dois centavos).

#### **7 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

**De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.**

7.1. A melhor solução para atendimento ao interesse público envolvido a contratação de empresa especializada para execução de retificação e canalização de curso d'água na Rua dos Portugueses.

- Após a assinatura do contrato, o fornecedor deverá apresentar a ART do responsável técnico pelo serviço, para

a emissão da Ordem de Serviço;

- O início dos trabalhos se dará pela implantação do canteiro de obras, com atendimento às condicionantes ambientais;
- O trecho atingido deverá estar devidamente sinalizado, de modo que o eventual fluxo de veículos possa utilizar rotas alternativas;
- A execução está prevista para ser concluída em 11 (onze) semanas, sendo a execução de jusante para montante;
- Deverá ser garantido o acesso dos moradores às edificações lindeiras à obra;
- Preferencialmente, a execução deverá priorizar a total conclusão do trecho no período de um dia de trabalho, de modo a evitar que o trecho escavado fique aberto, mitigando, assim, possíveis acidentes;
- Será admitida a subcontratação de serviços complementares e acessórios;
- Será admitida a contratação de empresas em consórcio.

## **8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)**

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

8.1. Não haverá parcelamento da solução, por se tratar de uma obra por escopo, com serviços muito similares ao longo de toda a obra. Basicamente serviços de movimentação de terra (escavação, aterro, reaterro) e assentamento de tubulação e/ou caixa.

8.2. A produtividade do equipamento de escavação depende da produtividade e da quantidade de caminhões, sendo assim, não se justifica a contratação dos mesmos em contratos distintos. Além disso, a LAP requer que os mesmos estejam com as manutenções em dia, sendo a gestão mais eficiente com um único contrato.

8.3. Quanto aos materiais empregados, são, basicamente, tubos de grande diâmetro (150cm) e caixas de concreto. Estes materiais são entregues pelo fabricante diretamente na obra, conforme a obra vai evoluindo. Deste modo, não haveria economia de escala com um eventual parcelamento da solução.

8.4. Quanto à destinação de resíduos, esta poderá ser terceirizada, tendo em vista a especificidade do serviço. No entanto, não se justifica o parcelamento para que a gestão dos resíduos possa ser individualizada e separada da destinação de outros contratos da PMJ. Esta medida é necessária para que o Certificado de Destinação Final - CDF contenha somente os resíduos gerados, transportados e destinados por esta obra. A adequada gestão dos resíduos é uma condicionante ambiental constante na LAP.

8.5. Portanto, não se justifica o parcelamento da contratação.

## **9 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS**

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

9.1. Com a execução da canalização do curso de água, pretende-se concluir o licenciamento ambiental e demonstrar ao Tribunal de Justiça de Santa Catarina a resolução deste passivo ambiental.

9.2. A execução da canalização conforme projeto executivo vai garantir o fluxo das águas derivadas das nascentes próximas e das águas pluviais, resolvendo o problema de represamentos e de alagamentos, os quais foram a principal motivação da Ação Civil Pública da qual a PMJ é ré.

## **10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO**

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

10.1. A equipe de planejamento está em contato com a Companhia Águas de Joinville (SEI 25.0.067825-8) para verificar possíveis interferências da rede a ser implantada com as redes de água e esgoto, a fim de verificar a necessidade de realocação das mesmas.

10.2. Importante pontuar que, quanto a equipe técnica de fiscalização, essa Secretaria possui servidores com experiência técnica e conhecimento acerca da obra a ser executada.

10.3. Ainda, indicamos que quando da indicação dos membros para fiscalização do contrato, em atendimento ao princípio da segregação de funções, o ordenador da despesa deverá observar que não se recomenda que os membros da elaboração da fase preparatória atuem como membros da comissão de fiscalização.

## **11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

11.1. Em consulta aos consórcios que a Prefeitura de Joinville faz parte, quais sejam, CIM-AMUNESC e CINCATARINA e verificou-se que não há contratações correlatas e/ou interdependentes.

## 12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

12.1. Para a contratação há previsão de eventual impacto ambiental, conforme licenciamento aprovado pelo IMA/SC, para o qual devem ser adotadas as medidas mitigadoras constantes na Licença Ambiental Prévia 242/2025 0024767755.

## 13. ANÁLISE DE RISCOS

De acordo com o art. Art. 18, inciso X da Lei 14.133/2021, na fase preparatória, devem ser abordados os riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual

13.1. A análise dos riscos consta no documento Mapa/Matriz de Riscos 25548324.

## 14. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

Parâmetro considerado	Sim	Não	Observação / Comentário
1. O modelo adotado para a contratação é o mais vantajoso para a Administração, tanto pelo aspecto técnico como pelo econômico?	X		
2. O modelo adotado para a contratação está em conformidade com o praticado no mercado?	X		
3. O valor estimado da contratação está em conformidade com a previsão orçamentária?	X		
4. Os resultados pretendidos com a contratação compensam os investimentos realizados pela Administração, em curto, médio e longo prazo?	X		
5. De acordo com a análise dos riscos para a contratação, a contratação é viável e não possui risco de dano ao erário? (moderado/médio a grave)	X		
6. Há risco de comprometimento do sucesso da licitação e da execução, considerando os fatos ocorridos em contratações anteriores do mesmo objeto ou similares.	X		
7. No caso do item anterior, foram indicadas as medidas necessárias para mitigar os riscos?	X		

**CONCLUSÃO:** Com base neste Estudo Técnico Preliminar, a Equipe/Comissão de Planejamento declara **viável a Contratação da execução de retificação e canalização de curso d'água na Rua dos Portugueses, no Município de Joinville, em atendimento à Ação Civil Pública nº 5028259-59.2020.8.24.0038, do Tribunal de Justiça, de Santa Catarina**, nos moldes descritos no presente Estudo Técnico Preliminar, vez que se mostrou a solução técnica e economicamente mais adequada à necessidade da Administração e fundamentadamente atende ao interesse público.



Documento assinado eletronicamente por **Elisa Kassulke Engel, Servidor(a) Público(a)**, em 26/01/2026, às 16:23, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **28206860** e o código CRC **68144340**.

Rua Saguacu, 265 - Bairro Saguacu - CEP 89221-010 - Joinville - SC - [www.joinville.sc.gov.br](http://www.joinville.sc.gov.br)

25.0.067787-1

28206860v3